

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2º semestre de 2024



DAUX

Sociedade de Crédito Direto S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhor Acionista,

Apresentamos o relatório da Diretoria da Daux Sociedade de Crédito Direto S.A., em conjunto com as demonstrações financeiras exercício findos em 31 de dezembro 2024, com o relatório dos Auditores Independentes, conforme as disposições legais e estatutárias.

As informações, são expressas em moeda corrente nacional e foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, associadas às normas do Banco Central do Brasil - BCB, quando aplicável.

A Daux Sociedade de Crédito Direto S.A. com sede e foro em Lins, estado de São Paulo, localizada na Avenida Floriano Peixoto, 1777, Sala 04, CEP 16400-101, é uma empresa de capital fechado, registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 34.846.868/0001-29, estruturada organizacionalmente para atender ao seu "Core Business", que é trabalhar seus recursos financeiros através de instrumentos devidamente regulamentados, de modo a utilizá-los de forma otimizada, rentável e ética.

O escopo de atuação da Daux SCD é financeiro, por meio de concessão de crédito para pessoas físicas na modalidade de Empréstimo Pessoal o que pode ser observado em sua carteira que, em junho de 2024, tinha 100,00% de sua composição em negócios com esse público.

A Daux Sociedade de Crédito Direto S.A., não possui Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A Diretoria Executiva é composta de, no mínimo, dois e, no máximo, seis diretores, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, acionistas ou não, com mandato de 36 (trinta e seis) meses, permitida a reeleição.

DESTAQUES MACRO ECONÔMICO E FINANCEIROS

A incerteza fiscal contribuiu para a abertura da curva de juros e para a elevação da percepção de risco do Brasil, refletindo nas taxas dos títulos públicos. A dívida pública, que se aproxima de 80% do PIB, foi impulsionada também pelo aumento dos custos de financiamento, decorrente da implementação de uma política monetária contracionista. A instabilidade gerada pela dificuldade em cumprir as metas do arcabouço e o aumento das despesas obrigatórias reforçou os desafios para a sustentabilidade fiscal do país.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma Tributária sobre o consumo. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de julho de 2024, o Patrimônio Líquido atingiu R\$ 3.794.629,00 variação positiva de 1,77% na comparação com a demonstração de 31 de dezembro de 2023, em virtude do lucro acumulado no semestre de R\$ 66.093,00.

GESTÃO DE RISCOS

A Sociedade optou em aderir às regras estipuladas pelo BCB para o segmento S5 que admite uma simplificação no controle de risco. Nosso processo de Gestão de Riscos é compatível com a natureza de

nossas operações, com a complexidade dos nossos produtos, serviços, atividades, procedimentos e sistemas, bem como com a dimensão de nossa exposição aos riscos, permitindo o seu adequado gerenciamento.

A Daux SCD, em conformidade com a Circular BCB nº 3.978/2020, adota Avaliação Interna de Risco (AIR) com o objetivo de identificar e mensurar os riscos de utilização de produtos ou serviços, novos e existentes, na prática da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo (LD/FT), tendo assim como direcionar esforços e maior atenção para os que demonstrem uma maior concentração de ocorrência/impacto/perda. Bem como realiza o Relatório Avaliativo de Efetividade da Política de PLD/FT.

RELATÓRIO DA OUVIDORIA - CANAIS DE ATENDIMENTO

A Ouvidoria da Daux SCD tem como missão ouvir, mediar e esclarecer demandas, cujas soluções apresentadas não atenderam à expectativa de nossos clientes. Está disponível através discagem gratuita pelo telefone 0800 772-4600 ou (14) 3533-4900 de segunda-feira à sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00, via correspondência pelo endereço: Rua Floriano Peixoto, 1777, Sala 04, centro Lins/SP CEP: 16.400-101, via WhatsApp pelo telefone: (14) 3533-4900 – robô 24 hrs e atendimento humano de segunda-feira à sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00 e através do email ouvidoria@daux.net.br. Conforme nosso Relatório de Ouvidoria, no segundo semestre de 2024 a instituição não recebeu nenhuma demanda através do canal de atendimento da Ouvidoria Interna, bem como, nenhuma demanda foi recebida pelo Sistema de Registro de Demandas do Cidadão (RDR), disponibilizadas pelo Banco Central. Sendo assim, no total, a Ouvidoria da Daux não tratou nenhuma demanda no segundo semestre de 2024. Relatório disponível em nosso site: <https://daux.net.br/ouvidoria.html>

INDÍCIOS DE ILICITUDES

O Canal de Denúncias, disponível ao público interno e externo, disponível 24 horas por dia em nosso site <https://www.daux.net.br/denuncias>, é uma ferramenta de comunicação segura, transparente, independente e imparcial e, se desejada, anônima, para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos em nossas políticas e/ou da legislação vigente. No segundo semestre de 2024 não tivemos nenhuma comunicação de indício de ilicitude nos canais e meios destinados a tal fim. Relatório disponível em nosso site: https://daux.net.br/rel_ilicitude.html

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

A Daux SCD continua com o compromisso no conjunto de padrões e boas práticas que possibilitam a empresa a cumprir sua missão de forma consciente, sustentável e transparente. Temos como objetivo atuar em consonância com os tratados, acordos, pactos e convenções nacionais e internacionais sobre meio ambiente e responsabilidade social nos quais o Daux SCD consta como signatário. Buscamos combater quaisquer práticas que não estejam em conformidade legal, que se mostrem vinculadas a ações de favorecimento pessoal ou que caracterizem situações de corrupção ou suborno. Além de manter os colaboradores informados sobre os valores da empresa e a Governança da Organização.

Governança: A Diretoria conduz o processo de tomada de decisões relacionadas ao estabelecimento e à revisão da Política de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos, assim como, é responsável pela implementação, monitoramento e avaliação das ações com vistas à efetividade da PRSAC, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.945 de 2021.

Responsabilidades: A gestão deve ser exercida de modo compartilhado e integrado. Compete ao diretor responsável assegurar a aderência da Daux SCD à PRSAC e às ações com vistas à sua efetividade.

Divulgação: A instituição atua na disseminação interna e externa da PRSAC e capacitação de todas as áreas envolvidas no processo, garantindo o gerenciamento dos riscos de maneira abrangente e robusta.

Acompanhamento da efetividade das diretrizes: A auditoria interna da Daux SCD é responsável pelo monitoramento do cumprimento das ações com vistas a efetividade da PRSAC, a fim de propor melhorias contínuas nos processos.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento das regulamentações vigentes a Daux Sociedade de Crédito Direto S.A. é auditada pelas instituições abaixo:

- **LDG – Auditoria, Consultoria Contábil e Gestão Empresarial Ltda.**

Realiza a auditoria interna, analisando os procedimentos de controles da companhia, sua complexidade e atividades econômicas.

- **Approach Auditores Independentes**

Realiza a auditoria independente (auditoria externa) das demonstrações financeiras e contribui para maior transparência nas ações da cooperativa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Daux Sociedade de Crédito Direto S.A. declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

PARTES RELACIONADAS

A Daux SCD mantém uma relação contratual com outra empresa pertencente aos mesmos acionistas, a Lojas Tanger Ltda., que atua como agente de processamento e armazenagem de dados, compartilhamento de espaço físico e de funcionários.

Todas as operações entre partes relacionadas são realizadas com taxas compatíveis com a natureza, os prazos e os riscos de transações similares em condições de mercado.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, parceiros e colaboradores pelo comprometimento e pela dedicação e aos nossos clientes pela confiança que nos motivam a fazer sempre melhor. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

Lins/SP, 26 de março de 2025.

Marco Andrei Martins Domingues
Diretor Presidente

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Em reais

Ativo	Nota Explicativa	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.003	57.956	Fornecedores		3.493	5.103
Títulos e valores mobiliários	5	1.693.783	2.874.949	Impostos e contribuições a recolher	7.1	48.753	43.756
Operações de crédito	6			Salários e encargos a pagar	7.2	70.010	85.854
Operações de crédito		2.926.483	1.257.836				
(-) Provisão p/ crédito liq. duvidosa		(544.508)	(364.383)	Total do passivo circulante		122.256	134.713
Outros créditos		8.041	8.122				
Outros valores e bens		1.799	1.571	Patrimônio líquido			
Total do ativo circulante		4.130.600	3.836.051	Capital social	8	5.000.000	5.000.000
				Prejuízos acumulados	9	(960.969)	(1.271.464)
Não circulante				Total do patrimônio líquido		4.039.031	3.728.536
Intangível		30.687	27.198				
Total do ativo não circulante		30.687	27.198				
Total do ativo		4.161.287	3.863.249	Total do passivo e patrimônio líquido		4.161.287	3.863.249

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rubricado para
fins de identificação
Approach
Auditoria Independente

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Demonstrações do Resultado e Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em reais

	Nota Explicativa	2024		2023	
		2º Semestre	2024	2º Semestre	2023
Receita líquida da intermediação financeira					
Operações de crédito	10.1	1.054.658	1.715.715	567.389	1.212.390
Titulos e valores mobiliários	10.2	110.081	254.908	180.337	352.771
Prestação de outros serviços		144.225	224.625	47.075	93.700
Outras receitas operacionais		54.686	91.833	66.989	96.273
		1.363.650	2.287.081	861.790	1.755.134
Despesa de intermediação financeira					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	12	(388.606)	(587.189)	(236.290)	(524.541)
Resultado líquido da intermediação financeira		975.044	1.699.892	625.500	1.230.593
Outras receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	12	(586.736)	(1.145.487)	(620.914)	(1.239.195)
Despesas tributárias	12	(537)	(1.136)		(1.042)
Outras despesas operacionais	12	(68.182)	(113.480)	(42.406)	(88.050)
Resultado antes do impostos de renda e contribuição social e participação nos lucros		319.589	439.789	(37.820)	(97.694)
Imposto de renda - corrente	11	(52.411)	(88.774)	(13.362)	(35.376)
Contribuição social - corrente	11	(22.776)	(40.520)	(8.351)	(21.493)
Resultado do semestre/exercícios		244.402	310.495	(59.533)	(154.563)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2024		2023	
	2º Semestre	2024	2º Semestre	2023
Resultado do exercício	244.402	310.495	(59.533)	(154.563)
Outros componentes do resultado abrangente				
Resultado abrangente total	244.402	310.495	(59.533)	(154.563)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em reais

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2022		<u>5.000.000</u>	<u>(1.116.901)</u>	<u>3.883.099</u>
Resultado do período			<u>(59.533)</u>	<u>(59.533)</u>
Em 30 de junho de 2023		<u>5.000.000</u>	<u>(1.176.434)</u>	<u>3.823.566</u>
Resultado do período			<u>(95.030)</u>	<u>(95.030)</u>
Em 31 de dezembro de 2023		<u>5.000.000</u>	<u>(1.271.464)</u>	<u>3.728.536</u>
Resultado do período			<u>66.093</u>	<u>66.093</u>
Em 30 de junho de 2024		<u>5.000.000</u>	<u>(1.205.371)</u>	<u>3.794.629</u>
Resultado do período			<u>244.402</u>	<u>244.402</u>
Em 31 de dezembro de 2024		<u>5.000.000</u>	<u>(960.969)</u>	<u>4.039.031</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rubricado para
fins de identificação
Approach
Auditores Independentes

Daux Sociedade Crédito Direto S/A
Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em reais

	2024		2023	
	2º semestre	2024	2º semestre	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	244.402	310.495	(59.533)	(154.563)
Provisão para operações de crédito	185.124	180.125	(42.431)	(149.296)
Depreciações e amortizações	4.226	8.067	3.087	5.838
	433.752	498.687	(98.877)	(298.021)
(Aumento) diminuição em ativos operacionais				
Titulos e valores mobiliários	881.427	1.181.166	10.898	(136.390)
Operações de crédito	(1.242.963)	(1.668.647)	127.350	509.068
Outros créditos	(2.531)	81	(1.063)	(3.385)
Outros valores e bens	(1.276)	(228)	(1.047)	457
Aumento (diminuição) em passivos operacionais				
Fornecedores	243	(1.610)	1.439	2.028
Impostos e contribuições	(38.555)	(18.657)	(2.530)	(22.657)
Salários e encargos a pagar	(726)	7.810	(21.736)	(8.551)
Caixa líquido das atividades operacionais	29.372	(1.397)	14.434	42.549
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo intangível	(11.557)	(11.557)	(10.899)	(10.899)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(11.557)	(11.557)	(10.899)	(10.899)
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	17.815	(12.953)	3.535	31.650
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	27.188	57.956	54.421	26.306
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	45.003	45.003	57.956	57.956
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	17.815	(12.953)	3.535	31.650

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A**Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023****Em reais****1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A DAUX SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado cujo produto principal é o crédito ao consumidor do varejo pessoa física, fundada em 12/09/2019, tem sede e foro jurídico na Cidade de Lins, no Estado de SP, na Avenida Floriano Peixoto, número 1.777, sala 04, Jardim Ariano.

A Companhia alterou sua razão social de Tanger Sociedade de Crédito Direto S/A para Daux Sociedade de Crédito Direto S/A, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2023. Esta mudança foi devidamente registrada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Jucesp, sob o número de 83.857/24-2 em 27 de fevereiro de 2024. O Banco Central através do ofício 1980/2024-BCB/Deorf/GTSP1 autorizou a mudança de denominação social da Daux SCD e a alteração do estatuto social dessa instituição. Essa alteração não afeta as atividades operacionais ou a estrutura de capital da empresa, sendo apenas uma atualização da denominação social. Todos os contratos, acordos e obrigações previamente estabelecidos em nome da antiga razão social foram alterados para nova razão social com aditivos para os contratos de terceiros.

A empresa tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Resolução CMN nº 4.656/2018, revogada pela Resolução CMN nº 5.177/2024 que passa a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a sociedade de crédito direto e a sociedade de empréstimos entre pessoas e disciplina a realização de operações de empréstimos e de financiamentos entre pessoas por meio de plataforma eletrônica, alterada pela Resolução CMN nº 5.050/2022 e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que disciplina os requisitos e procedimentos para a autorização de constituição e funcionamento, do Conselho Monetário Nacional, pela Lei nº 6.404/1976, que dispõe sobre sociedades por ações.

A DAUX SCD tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio;
- (ii) Prestação de serviços de análise de crédito e cobrança, bem como atuação como representante na distribuição de seguros relacionados as operações mencionadas no item (i); e
- (iii) Participação no capital de outras sociedades como sócio ou acionista, exceto instituições financeiras.

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em reais

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 22/08/2024.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis. A Administração da Companhia monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação*a) Mudanças em vigor*

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, posteriormente revogada pela Resolução CMN 4.910 de 27 de maio de 2021 e atualizada pela Resolução CMN 5.067 de 20 de abril de 2024, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, alterada pela Instrução Normativa BCB 236 de 27 de julho de 2022 e que foi posteriormente revogado pela Resolução BCB nº 386 de 05 de junho de 2024, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras a partir de 2024.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração do Resultado a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020, atualizada pela Resolução CMN 5.116, de 25 de janeiro de 2024. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A**Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023****Em reais**

participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022. A Resolução CMN 5.116/24, que atualizou a CMN 4.817/20 entrou em vigor em 1º de março de 2024.

A Companhia iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a companhia continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Tendo em vista a experiência da companhia no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, Resoluções do Conselho Monetário Nacional e Normativos do Banco Central do Brasil.

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso da receita bruta.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A**Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023****Em reais**

determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo intangível, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A**Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023****Em reais**

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999, que foram revogadas pela Resolução CMN 4.966/2021 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos à vista, sob aviso e a prazo

Os depósitos pós e pré-fixados estão atualizados até a data do balanço pelos índices contratados.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

l) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a sociedade tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A**Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023****Em reais*****n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes***

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Companhia tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos (se houver). Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido quando for o caso. Nesse caso o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

i. Impostos correntes

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro real trimestral.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do período.

ii. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em reais

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período.

iii. Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com os prazos inferiores a 360 dias são classificados no circulante e aqueles com prazos superiores, no não circulante.

iv. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

A diretoria considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão, não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e depósitos bancários	(a) 45.003	57.956
	<u>45.003</u>	<u>57.956</u>

Rubricado para
fins de identificação
Approach
Auditors Independentes

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em reais

- (a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI à taxa de 100% do CDI. A aplicação automática refere-se à aplicação padrão do Santander (Contamax), utilizada para movimentação e resgate financeiro.

Esses títulos possuem seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustado pelo valor de mercado, sendo este ajuste lançado em conta específica do resultado do exercício.

<u>Instituição</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Banco Santander	Aplicação automática	25.608	48.849
Banco Itaú	Aplicação automática	47.228	
Banco Santander	Renda fixa	1.620.947	2.826.100
Total		1.693.783	2.874.949

6 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

- a) Composição da carteira de crédito por modalidade:*

<u>Instituição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Operações de crédito	2.926.483	1.257.836
(-) Provisões para Operações de Crédito	(544.508)	(364.383)
Total	2.381.975	893.453

A carteira é composta por operações de empréstimo, de financiamento tomados por pessoas físicas, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio.

- b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 que foi revogado pela resolução CMN nº 4.966/2021:*

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em reais

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
A	0,50%	Normal	1.563.147	1.563.147	(7.816)	562.647	(2.813)
A	0,50%	Vencidas	25.122	25.122	(126)		
B	1%	Normal	307.446	307.446	(3.074)	116.018	(1.160)
B	1%	Vencidas	26.323	26.323	(263)	6.960	(70)
C	3%	Normal	210.583	210.583	(6.317)	83.387	(2.502)
C	3%	Vencidas	53.140	53.140	(1.594)	20.039	(601)
D	10%	Normal	74.253	74.253	(7.425)	58.610	(5.861)
D	10%	Vencidas	33.083	33.083	(3.308)	20.507	(2.051)
E	30%	Normal	42.969	42.969	(12.891)	12.243	(3.673)
E	30%	Vencidas	45.609	45.609	(13.683)	13.897	(4.169)
F	50%	Normal	27.599	27.599	(13.800)	11.257	(5.629)
F	50%	Vencidas	33.562	33.562	(16.781)	14.783	(7.392)
G	70%	Normal	23.987	23.987	(16.791)	10.568	(7.398)
G	70%	Vencidas	63.405	63.405	(44.384)	19.513	(13.659)
H	100%	Normal	107.402	107.402	(107.402)	117.952	(117.952)
H	100%	Vencidas	288.853	288.853	(288.853)	189.455	(189.455)
Total Normal			2.357.386	2.357.386	(175.516)	972.682	(146.987)
Total Vencidos			569.097	569.097	(368.992)	285.154	(217.396)
Total Geral			2.926.483	2.926.483	(544.508)	1.257.836	(364.383)
Provisões			(544.508)	(544.508)		(364.383)	
Total Líquido			2.381.975	2.381.975		893.453	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Resumo - Aging List	Classificação	Provisão	Total em 31/12/2024
0 a 14 dias de atraso	A	0,5%	1.588.269
15 a 30 dias de atraso	B	1,0%	333.769
31 a 60 dias de atraso	C	3,0%	263.723
61 a 90 dias de atraso	D	10,0%	107.336
91 a 120 dias de atraso	E	30,0%	88.578
121 a 150 dias de atraso	F	50,0%	61.161
151 a 180 dias de atraso	G	70,0%	87.392
acima de 180 dias de atraso	H	100,0%	396.255
			2.926.483

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	31/12/2024	
	Empréstimos/TD	% da Carteira
Pessoa Física	2.926.483	100%

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em reais

e) Composição da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

Descrição	2024	2023
Saldo inicial	364.383	513.679
Constituições	587.188	524.541
Reversões	(407.063)	(673.837)
Saldo final	544.508	364.383

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	% Carteira		% Carteira	
	2024	Total	2023	Total
Maior Devedor	14.575	0,50%	10.573	0,36%
10 Maiores Devedores	103.045	3,52%	81.126	2,77%
50 Maiores Devedores	346.441	11,84%	284.561	9,72%

7 OUTRAS CONTAS A PAGAR

7.1 Impostos e Contribuições a Recolher

Instituição	2024	2023
INSS a recolher	13.041	16.457
FGTS a recolher	2.953	3.989
IRRF a recolher	8.011	7.585
PCC a recolher	1.186	1.044
COFINS a recolher	9.767	4.876
IRPJ a recolher	5.935	5.113
CSLL a recolher	3.710	3.195
Outros	4.150	1.497
Total	48.753	43.756

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em reais

7.2 Salários e Encargos

Instituição	2024	2023
Provisão de férias e encargos	44.278	57.829
Pro labore a pagar	11.202	10.698
Salários e encargos a pagar	12.922	16.329
Convênios a pagar	1.608	998
Total	70.010	85.854

8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

	2024	2023
Capital subscrito	5.000.000	5.000.000
Valor da ação (em reais)	10	10

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é composto por 500.000 (quinhentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 10,00 cada, totalizando R\$ 5.000.000,00 divididos como segue:

	Participação	Ações	2024	2023
Ried Participações Ltda	75%	375.000	3.750.000	37.500.000
EDMMD Participações Ltda	25%	125.000	1.250.000	12.500.000
Em 31 de dezembro	100%	500.000	5.000.000	50.000.000

Conforme estatuto social, cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

9 PREJUÍZOS ACUMULADOS

	2024	2023
Saldo em 31/12/2023	(1.271.464)	(1.116.901)
Resultado 1º semestre	66.093	(95.030)
Resultado 2º semestre	244.402	(59.533)
Saldo em 31/12/2024	(960.969)	(1.271.464)

Rubricado para
fins de identificação
Approach
Auditores Independentes

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em reais

10 RECEITAS OPERACIONAIS

10.1 Receitas de operações de crédito

	2024		2023	
	2º Semestre	2024	2º Semestre	2023
Rendas de empréstimos	907.670	1.483.337	458.902	975.447
Juros de mora de empréstimos	146.988	232.378	108.487	236.943
	1.054.658	1.715.715	567.389	1.212.390

10.2 Receitas com títulos e valores mobiliários e aplicações

	2024		2023	
	2º Semestre	2024	2º Semestre	2023
Rendas de títulos de renda fixa	24	60	77	160
Aplicações em fundos de investimento	110.057	254.848	180.260	352.611
	110.081	254.908	180.337	352.771

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20.000,00 no mês para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

	2º semestre 2024		2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado do exercício	319.589	319.589	439.789	439.789	(97.694)	(97.694)
(+) Adições	529.657	529.657	728.240	728.240	524.541	524.541
(-) Exclusões	(532.055)	(532.055)	(569.192)	(569.192)	(95.144)	(95.144)
(-) Compensação	(64.117)	(64.117)	(148.611)	(148.611)	(99.511)	(99.511)
Base de cálculo	253.074	253.074	450.226	450.226	232.192	232.192
Alíquota máxima	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Impostos apurados	51.269	22.777	88.557	40.520	34.048	20.897
(-) PAT	(736)		(1.661)		(1.397)	
Ajustes nos tributos	1.878	(1)	1.878		2.725	596
Tributos no resultado do exercício	52.411	22.776	88.774	40.520	35.376	21.493

No tocante ao regime tributário adotado pela companhia, a Daux Sociedade de Crédito Direto

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em reais

S/A se utiliza das alíquotas básicas conforme legislação vigente ao regime do lucro real por ausência de previsão legal para sociedades do setor financeiro enquadradas no segmento S5 da regulação prudencial do Banco Central do Brasil.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre a Daux Sociedade de Crédito Direto S/A, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

12 DESPESAS OPERACIONAIS

	2024		2023	
	2º Semestre	2024	2º Semestre	2023
Despesas Administrativas				
Ordenados e salários	(257.570)	(536.169)	(326.495)	(666.170)
Honorários Diretoria	(97.608)	(177.618)	(92.975)	(169.175)
Serviços de Terceiros	(21.751)	(46.028)	(28.624)	(57.657)
Despesas de Viagem no País	(1.306)	(3.500)		
Serviços do Sistema Financeiro	(28.232)	(59.865)	(33.347)	(65.575)
Materiais de escritório	(11.776)	(13.579)	(4.620)	(13.286)
Processamento de Dados	(164.267)	(300.661)		
Despesas Administrativas	(582.510)	(1.137.420)	(486.061)	(971.863)
Outras despesas operacionais	(68.182)	(113.480)	(174.172)	(349.544)
Despesas tributárias	(537)	(1.136)		(1.042)
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais				
Amortização intangível	(4.226)	(8.067)	(3.087)	(5.838)
Provisões para operações de crédito	(388.606)	(587.189)	(236.290)	(524.541)
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	(392.832)	(595.256)	(239.377)	(530.379)
Despesas Operacionais	(1.044.061)	(1.847.292)	(899.610)	(1.852.828)

13 RELATÓRIO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO CENTRALIZADO DE RISCOS E DE CAPITAL DO SISTEMA DE SOCIEDADE DE CRÉDITO DO BRASIL (DAUX) ANO 2024

Apresentação

I. Aprimorando a harmonização, a integração e a racionalização de processos, e baseado no princípio de organização sistêmica, a Daux utiliza estruturas centralizadas de gerenciamento de capital e dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito.

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em reais

II. A alocação racionalizada de recursos, a definição de responsabilidades e de processos integrados e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos e de capital conferem mais transparência, eficácia e tempestividade às atividades da entidade.

III. Na Daux, as estruturas centralizadas de gerenciamento de riscos e de capital são compatíveis com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos da entidade.

IV. A implantação das estruturas centralizadas não desonera a entidade da Daux de suas responsabilidades pela gestão de riscos e de capital, na forma da regulamentação aplicável.

V. O Conselho de Administração ou, na sua inexistência, a Diretoria da entidade, é responsável pelas informações divulgadas neste relatório.

13.1 Risco Operacional

a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política de Gestão Integrada de Riscos que foi aprovada por dois membros da Diretoria Executiva da Daux Sociedade de Crédito Direto S/A em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017 e Resolução CMN 4.926/21.

b) O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

c) As boas práticas envoltas aos riscos operacionais do negócio encontram-se em fase de desenvolvimento pela companhia para implementação de atividades como avaliação, gerenciamento e monitoramentos dos riscos previstos em Matriz de Riscos e Controles, capacitação de todos os empregados e prestadores de serviços relevantes, infraestrutura de TI que assegura integridade e segurança, critérios de decisão quanto a terceirização e seleção de seus prestadores.

d) A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA), sendo dispensadas deste cálculo as companhias enquadradas no Regime Prudencial Simples (RPS).

13.2 Risco de Mercado e de Liquidez

a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A**Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023****Em reais**

gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções BACEN 4.557/2017, parcialmente alterada pela Resolução CMN 4.926/21.

b) No gerenciamento do risco de mercado estão previstos inicialmente dois eventos que podem vir a ser identificados pela companhia que demandará ações: a) variação das taxas de juros e de preços de ações para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e b) variação cambial e dos preços de mercadoria (*commodities*) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

c) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar, mensurar e controlar a exposição e/ou mitigação ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de *stress* e planos de contingência.

d) Conforme o artigo 25º da Resolução CMN nº 4.557/2017 (Risco de Mercado), e artigos incluídos pela Resolução CMN nº 4.926/21 a partir de 1 de março de 2022, e o art. 37º da Resolução CMN nº 4.557/2017 (Riscos de Liquidez), a companhia ainda não aderiu à estrutura pois estes temas estão em fase de desenvolvimento.

e) A alocação de capital é dispensada para as companhias enquadradas no Regime Prudencial Simples (RPS).

13.3 Risco de Crédito

a) O gerenciamento do risco de crédito da companhia objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme Resolução BACEN nº 4.512/2016, revogada pela Resolução CMN nº 4.966/2021, a companhia aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito para constituição de provisão para cobertura das perdas associadas aos desembolsos vinculados as garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, de acordo com modelos e práticas reconhecidas em face do risco de crédito.

c) As práticas pertinentes a definição de critérios e procedimentos para o efetivo gerenciamento de risco de crédito compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos/serviços oferecidos e proporcionalidade da dimensão da exposição ao risco de crédito da companhia se encontra em fase de desenvolvimento.

d) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para a Daux, além do monitoramento das carteiras de crédito da companhia.

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em reais

13.4 Gerenciamento de Capital

a) A estrutura de gerenciamento de capital objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 4.557/2017.

b) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento e controle com objetivo de:

- i. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as companhias estão sujeitas;
- ii. Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da companhia;
- iii. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

c) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital da companhia Daux Sociedade de Crédito Direto S/A.

d) As boas práticas em conformidade com a forma instruída na Resolução CMN 4.557/2017 estão em fase de desenvolvimento pela companhia.

Marco Andrei Martins Domingues
Diretor-Presidente

Michele Madi Ribeiro
Diretora

Orual Alves Garcia
Contador – CRC 094694/O-4

* * *


Rubricado para
fins de identificação
Approach
Auditores Independentes

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A

**Demonstrações contábeis referentes ao
período findo em 31 de dezembro de 2024
e relatório dos auditores independentes**

Approach Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores da
DAUX SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A
Lins - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Daux Sociedade de Crédito Direto S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o disposto na nota explicativa nº 1, no tocante a alteração da razão social, anteriormente nominada como Tanger Sociedade de Crédito Direto S.A, para Daux Sociedade de Crédito Direto S.A, em conformidade com a aprovação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/11/2023, e autorização do Banco do Brasil através do Ofício 1980/2024 BCB/DEORF/6TSP1.

Chamamos a atenção a nota explicativa nº 11 sobre o regime tributário do lucro real adotado pela companhia Daux Sociedade de Crédito Direto S/A, constituída da provisão para a contribuição social à alíquota-base de 9% sobre o lucro líquido com base no entendimento da administração e seus consultores jurídicos.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individual e condensada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com o Pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas, e Resolução CMN 4720/2019, alterada pela Resolução CMN 4818/2020, aplicáveis as companhias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a companhia pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

10 de março de 2025

Daux Sociedade de Crédito Direto S/A



Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 10 de março de 2025.

APPROACH
AUDITORES
INDEPENDENTES
S
S:06017215000100
Approach Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0

Assinado digitalmente por APPROACH
AUDITORES INDEPENDENTES S
S:06017215000100
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=SP, L=Presidente
Prudente, OU=Presencial, OU=
15055927000104, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1,
CN=APPROACH AUDITORES
INDEPENDENTES S S:06017215000100
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.03.26 12:03:58-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

LEANDRO
ANTONIO
MARINI
PIRES:16461
734813
Leandro Antonio Marini Pires
Sócio
Contador CRC 1SP185232/O-3

Assinado digitalmente por LEANDRO
ANTONIO MARINI
PIRES:16461734813
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
Presencial, OU=15055927000104, OU=
Secretaria da Receita Federal do Brasil
- RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=(sem
branco), CN=LEANDRO ANTONIO
MARINI PIRE:16461734813
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.03.26 12:04:30-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0